b) Determine a imediata retirada da inscrição de suspensão da empresa TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA, CNPJ: 00.604.122/0001-97 no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, retornado ao status quo ante e preservando os direitos contratuais da contratada.”.

Passo a analisar o conteúdo do petição:

Inicialmente, quanto a alegada irregularidade no procedimento de intimação da interessada sobre a decisão cautelar, tem-se que o art. 11 da Lei Estadual nº 8.972/2020, determina que a publicidade dos atos administrativos dar-se-á por meio da publicação no Diário Oficial do Estado, o que, in casu, ocorreu na edição nº 34.263, de 25/06/2020; além disso foi promovida intimação pessoal através de endereço eletrônico, muito embora não haja expressa determinação legal nesse sentido.

Entretanto, qualquer discussão sobre este tema cai por terra com a habilitação da requerente neste processo administrativo em 29/06/2020, ocasião em que protocolou sua manifestação em atenção ao Ofício nº.165/2020 – AGE/GEJUR. Com este ato entende-se que teve ampla ciência da existência do presente processo administrativo, inclusive sendo possível requerer acesso aos autos.

Portanto, incabível a alegação de irregularidade na intimação da interessada a respeito da decisão cautelar.

Quanto aos pedidos de mérito, acolho como razão de decidir a manifestação do Coordenador do Núcleo Jurídico da SEDUC (para onde os autos foram enviados após a decisão cautelar), Dr. Bruno Henrique Alves Salomão, exarada em 09/07/2020. Com base em nota técnica de conformidade na execução do contrato nº 038/2020 ratificada pelos fiscais do contrato (Srs. Ivan Magno Melo Júnior e Hilda Cristina Melo Ribeiro), fora atestada a regularidade na execução do supracitado contrato por parte da requerente, motivo pelo qual manifesta-se pelo arquivamento do Processo Administrativo de Responsabilização em relação à TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA e revogação do pedido da cautelar aplicada.

Segue-se a conclusão do i. coordenador:

“III - CONCLUSÃO.

Diante do acima exposto, opina-se pelo arquivamento do presente PAR, em relação à empresa Trivale, com a consequente revogação da decisão cautelar anteriormente proferida, tendo em vista que a mesma executou de forma regular o contrato nº. 038/2020 celebrado com a SEDUC, devendo os autos serem encaminhados à AGE para análise e deliberação final”. A decisão cautelar de suspensão da empresa de participar de qualquer processo licitatório no Estado do Pará, iniciando a suspensão e impedimento de contratar com a Administração Pública a partir da publicação da decisão, com inscrição no SICAF possui os requisitos configuradores do Ato Administrativo.

O princípio da autotutela permite que a Administração Pública exerça controle e revisão dos seus próprios atos, declarando a nulidade daqueles considerados ilegais ou revogá-los, por conveniência ou oportunidade. O art. 65 da Lei Estadual nº 8.972/2020 prevê:

“Art. 65. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, em qualquer caso respeitados os direitos adquiridos”. (grifo nosso)

Neste sentido, aliás, é a orientação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, conforme Súmula nº 473, verbis:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Desse modo e tendo em vista que a SEDUC atestou a regularidade na execução do contrato nº 038/2020 pela empresa TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA, mediante parecer dos fiscais do contrato, não subsistem os elementos justificadores na manutenção desta pessoa jurídica como parte no presente Processo Administrativo de Responsabilização, bem como resta insubsistente a manutenção da medida cautelar que a suspende de participar de processos licitatórios e contratar com a Administração Pública estadual e federal..

Neste mesmo sentido, a manutenção dos registros da supracitada empresa junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores se apresenta desnecessária frente a apuração dos fatos narrados.

Considerando a base legal apresentada aplicada ao caso concreto, é cabível o reexame do ato administrativo anteriormente proferido, tendo como fundamento da análise dos aspectos de mérito da decisão bem como dos novos elementos comprobatórios apresentados aos autos.

III - DISPOSITIVO

Ante ao exposto e com base no princípio da autotutela (art. 65, Lei Estadual nº 8.972/2020, c/c Súmula 473 do STF), que autoriza o reexame de atos administrativos anteriores, pelos critérios da conveniência e oportunidade, e, em especial, a nota técnica exarada pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, que atesta a conformidade na execução do contrato público nº 038/2020–SEUDUC, REVOGO a decisão de suspensão cautelar publicada em 25/06/2020 contra a empresa TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA., que a impede de participar de qualquer processo licitatório no Estado do Pará, e, por consequência, determino o arquivamento do PAR (Processo Administrativo de Responsabilização) em relação à citada empresa.

Por força desta decisão, encaminhe-se os autos ao setor competente para adoção dos procedimentos referentes à baixa do registro da empresa junto ao SICAF e a outros órgãos restritivos onde porventura esteja inscrita em razão da decisão cautelar ora revogada.

Intime-se a interessada, TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA., do inteiro teor desta decisão.

Dê-se ciência à Secretaria de Estado de Educação-SEUDUC.

Publique-se.

Belém, 13 de julho de 2020.

JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO

Auditor-Geral do Estado

Protocolo: 561179

FUNDAÇÃO PARÁPAZ

PORTARIA

PORTARIA Nº. 104, DE 14 DE JULHO DE 2020.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE Nº. 34.184, de 15 de Abril de 2020, em observância aos termos da Lei nº 8.097 de 01 de janeiro de 2015, e,

CONSIDERANDO a necessidade da Fundação Parápaz adequar-se às disposições da Lei 13.019/2014, considerando a Portaria Nº092 de 24 de junho de 2020, publicada no DOE Nº 34.263 de 25 de junho de 2020

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a substituição do servidor JHON KEVEN CAVALACANTE CAMPOS, Matrícula 5948814, pela servidora SUZANA MARIA FARIAS NUNES, MATRÍCULA - nº 5949018 para ocupar a mesma função.

Art. 2º DESIGNAR dois suplentes para compor a Comissão de Avaliação e Acompanhamento das parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento para o exercício 2020/2021 :

I - Membros Suplentes:

1. KARLA LENY SILVA BRAGA – MATRÍCULA - nº 5909603

2. JOÃO CARLOS NASCIMENTO BANDEIRA JUNIOR, MATRÍCULA - nº 5931217

Art. 3º Compete aos membros da Comissão , a avaliação, acompanhamento e fiscalização da Parceria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDENTE, 14 DE JULHO DE 2020.

JAMILLE SARATY MALVEIRA GRAIM

Presidente da Fundação PARÁPAZ

Protocolo: 561366

ERRATA

ERRATA DE DIÁRIA, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 34.280, pág. 20 de 14 de julho de 2020 – Protocolo: 560746

ONDE SE LÊ:

Conceder de acordo com as bases legais vigentes, 2 e 1/2 (duas e meia) diárias aos servidores Anna Gabrielle Mota Pimentel de Carvalho, Matrícula nº 59467351, CPF: 982.801.392-49; Anderson Luiz de Souza Castro, Matrícula nº 5949112, CPF: 803.543.512-49; Alberto Fernandes Melo, Matrícula nº 5949869/1, CPF: 398.217.652-20; Andreza Cristina Oliveira de Miranda Moraes, Matrícula nº 5946731/1, CPF: 084.620.227-11; Ana Paula Lima da Conceição, Matrícula nº 6402894, CPF: 027.432.782-18; Anderson Vieira Acioles, Matrícula nº 5946715, CPF: 696.087.172-72; Carlos Sergio de Aragão Valente, Matrícula nº 5678420, CPF: 228.933.262-34; Elielma Silva Gomes de Farias, Matrícula nº 5946664/1, CPF: 964.008.702-53; Giselle Samara Vitelli Souza, Matrícula nº 5953783, CPF: 929.124.782-00; João Carlos Nascimento Bandeira Junior, Matrícula nº 5931217, CPF: 536.478.312-04; Karla Leny Silva Braga, Matrícula nº 5909603, CPF: 001.836.392-00; Marcia Thais Barbosa Severino, Matrícula nº 5946669, CPF: 909.403.002-06; Milene Cristina Vidal Rebelo, Matrícula nº 5953780/1, CPF: 635.001.832-04; Nathalia Bulcão Leite Mota, Matrícula nº 54196738, CPF: 953.404.242-00; Paulo Ivan Conceição de Lima, Matrícula nº 5946741/1, CPF: 648.738.542-53; Rosa Maria Maia Paes Soares, Matrícula nº 8022535/1, CPF: 399.458.472-87; Renan Ferreira de Freitas, Matrícula nº 5953736, CPF: 015.450.882-92; Rariza Soares de Lima, Matrícula nº 5949041, CPF: 003.623.082-09; Romulo Mira Cavallero de Queiroz, Matrícula nº 59211532, CPF: 637.593.572-53; Sandy Brown Barata, Matrícula nº 5917262/2, CPF: 702.105.282-06; e Thatiane Coelho Lima, Matrícula nº 5946709, CPF: 689.929.392-72 ...

LEIA-SE:

Conceder de acordo com as bases legais vigentes, 2 e 1/2 (duas e meia) diárias aos servidores Anna Gabrielle Mota Pimentel de Carvalho, Matrícula nº 59467351, CPF: 982.801.392-49; Anderson Luiz de Souza Castro, Matrícula nº 5949112, CPF: 803.543.512-49; Andreza Cristina Oliveira de Miranda Moraes, Matrícula nº 5946731/1, CPF: 084.620.227-11; Ana Paula Lima da Conceição, Matrícula nº 6402894, CPF: 027.432.782-18; Anderson Vieira Acioles, Matrícula nº 5946715, CPF: 696.087.172-72; Elielma Silva Gomes de Farias, Matrícula nº 5946664/1, CPF: 964.008.702-53; Giselle Samara Vitelli Souza, Matrícula nº 5953783, CPF: 929.124.782-00; João Carlos Nascimento Bandeira Junior, Matrícula nº 5931217, CPF: 536.478.312-04; Karla Leny Silva Braga, Matrícula nº 5909603, CPF: 001.836.392-00; Marcia Thais Barbosa Severino, Matrícula nº 5946669, CPF: 909.403.002-06; Milene Cristina Vidal Rebelo, Matrícula nº 5953780/1, CPF: 635.001.832-04; Nathalia Bulcão Leite Mota, Matrícula nº 54196738, CPF: 953.404.242-00; Paulo Ivan Conceição de Lima, Matrícula nº 5946741/1, CPF: 648.738.542-53; Rosa Maria Maia Paes Soares, Matrícula nº 8022535/1, CPF: 399.458.472-87; Renan Ferreira de Freitas, Matrícula nº 5953736, CPF: 015.450.882-92; Rariza Soares de Lima, Ma-